

CAMPO E *HABITUS* NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: o lugar de fala como determinante da agenda

Patricia Bandeira de Melo

Resumo

O discurso em favor da liberdade de imprensa configurou-se num argumento necessário para a sobrevivência da mídia e reveste-se de relativa verdade. O pressuposto é de que a imprensa estabeleceu-se como vigilante do Estado para a esfera civil – uma espécie de 'cão de guarda'. Entretanto esse imaginário acerca do jornalismo, que se firmou na história, somente prevalece como verdade até onde permite a fonte jornalística que tem poder discursivo na imprensa, uma vez que, na prática de redação diária, o lugar de fala da fonte jornalística muitas vezes define que discurso vai figurar no jornal. As fontes jornalísticas são classificadas em *ativas* e *passivas*, segundo o seu poder discursivo e sua atividade dentro do discurso midiático: as fontes ativas têm força argumentativa, enquanto as passivas têm o discurso enfraquecido. A força de algumas fontes 'derruba' o fato, deixando-o no limbo: o fato é negado na sua condição primeira de notícia porque o conteúdo que carrega afronta o discurso da fonte ativa, o que o desabilita a estar na edição dos jornais.

Palavras-chave

Imprensa. Fonte jornalística. *Habitus*. Campo social. Poder simbólico.

FIELD AND *HABITUS* IN JOURNALISM: the source postulated
determining the press agenda

Abstract

The speech in favor of free press started on an argument much needed to the survival of the media and it has a certain dose of truth. This because, presumably, the press has established itself as a bodyguard of the state within the civil sphere, a sort of "dogwatch". This imaginary idea about journalism has been consolidated throughout history, but only remains true

if the journalistic source has a discursive power within the press. Because in the daily writing routine of the press, the figure of speech of the journalistic source, several times, define which speech is going to appear on newspapers. It has been noticed that some of the sources have a significant discursive power against others that have their discourse weakened within the press. This lead to a classification of the journalistic sources as *active* and *passive* according to their discursive power and its activities within the media speech: the active sources have argumentative power while the passive ones have their speech destabilized. The power of some journalistic sources undermine the fact leaving it overlooked, the fact, which is denied as notice because its contents hinders it from appearing on the journals editions by confronting the active speech source, is denied in its own condition as notice.

Keywords

Media. News source. Habitus. Social field. Symbolic power. ,

Lugar de fala e atividade do sujeito no discurso

O lugar de fala da fonte jornalística muitas vezes define que discurso vai figurar na edição do jornal no dia seguinte. O lugar de fala legitima-se na perspectiva de quem é o sujeito que fala. Para a lingüística, dentro da análise do discurso (AD) francesa (AD, o sujeito é assujeitado ideologicamente, ou seja, seu discurso é heterogêneo, marcado pela alteridade, uma espécie de repetição de discursos outros, anteriores, que foram trazidos à tona pelo sujeito, depois de moldado dentro de um processo de formação discursiva ao qual o sujeito foi submetido. Para José Luiz Fiorin (2002), a formação discursiva é um conjunto de temas e de figuras que materializam uma visão de mundo. A formação discursiva¹ "consiste na materialização da formação ideológica, psicológica e lingüística do sujeito. ou seja, a que grupo ou classe social pertence, em que campo social circula e de que forma está hegemonicamente inserido na sociedade" (MELO, 2003, p. 84-85).

1. Para compreender melhor o conceito de formação discursiva, ver Foucault (1996) e Fiorin (2002).

Por outro lado, na perspectiva da sociologia pós-estruturalista, imaginamos a fonte jornalística como portadora de um *habitus* próprio do campo social em que está inserida. Segundo Pierre Bourdieu, o *habitus* consiste em disposições do homem a um modo de conduta, a exteriorização de um conhecimento incorporado acrescido de sua prática particular. Segundo ele, o homem tende a perpetuar seu ser social, usando, dentro da família, "estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas" (BOURDIEU, 1996, p. 36). Diferentemente da visão da AD francesa. Bourdieu acredita que opera no sujeito, através do *habitus*, além da reprodução de estruturas internalizadas, o seu poder consciente, colocando em evidência as capacidades "criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente" (BOURDIEU, 2004, p. 61). O agente está agindo, é ativo, e mesmo sendo impulsionado por seu inconsciente, atua como operador prático no discurso e nas ações.

Assim, enquanto Jean Baudrillard fala da vontade do objeto de vingar-se do sujeito "demasiado seguro de dominá-lo" (BAUDRILLARD, 2001, p. 10), os estudiosos da AD francesa não acreditam nessa possibilidade ativa de dominação pelo sujeito. Isso significa que o sujeito seria assujeitado, dominado discursivamente, ou seja, o objeto *discurso* seria autônomo, capaz de se fazer dizer pelo sujeito sem que o sujeito tivesse domínio sobre esse dizer. Se acreditarmos nessa visão, o sujeito - subjugado no processo educacional pelas estratégias que promovem a dominação simbólica - é apassivado. Na visão da análise do discurso anglo-saxônica, porém, é dada ao sujeito autonomia para decidir sobre o que fala. Ou seja, ele pode interferir e modificar aquilo que apreende ao longo de sua história de vida. Ainda dentro da linguística, na pragmática, embora seja reconhecida certa passividade do sujeito, calcada na sua subordinação discursiva em virtude do processo de formação (educacional, familiar, social) ao qual está submetido, a ele é garantida a condição de relativa atividade em seu dizer, visão que se aproxima da idéia de *habitus* de Bourdieu. Isso significa que o autor de um texto tem uma atividade discursiva, domina o conteúdo, escolhe as palavras que usa e que exclui. É nessa visão que enquadramos a nossa concepção de sujeito: um sujeito ativo, que possui um lugar de fala, mesmo que subordinado a uma formação discursiva. Para Bourdieu (1996, p. 42):

Os 'sujeitos' são, de fato, **agentes** que atuam e que sabem, dotados de um *sa/50 prático* (título que dei ao livro no qual desenvolvo esta análise). de um sistema adquirido de preferências, **de** princípios **de** visão **e** de divisão (o que comumente chamados **de** gosto). **de** estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação **c** a resposta adequada. O *habitus* **é** essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação.

O lugar de fala é ocupado pelo sujeito segundo a função, o papel que no campo social ao qual pertence. Para Braga (2000), é o lugar construído pelo discurso num contexto, o esforço de fazer uma abordagem de um fato numa dada circunstância. Norbert Elias (1994) realça que o lugar do indivíduo na sociedade depende de sua posição na estrutura social. A margem de ação de cada um em particular depende da função que ocupa na sociedade, entendida por Elias como composta por pessoas individualmente consideradas e com poder de decisão. que difere segundo a sua estatura no meio social. Ele considera irreal a crença de que todas as pessoas têm a mesma **importância** na **definição do** curso da história. A observação dos fatos históricos é suficiente para comprovar que os que se encontram em posições sociais de destaque têm uma capacidade de ação sobre a vida da coletividade **c** com alcance muito mais significativo do que a de membros de classes subalternas. Para o autor: "Aquilo que chamamos 'poder' não passa, na verdade, de uma expressão **um** tanto rígida e indiferenciada para designar a expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas," (ELIAS. 1994, p. 50).

Bourdieu (1996) define campo social como um campo de forças, de lutas, no qual os seus membros se encontram alinhados segundo elementos de distinção (diferenciações) e de aproximação (gostos e disposições semelhantes). Ou seja, superando a idéia de classes sociais de Marx, Bourdieu inscreve os sujeitos no espaço social situados em posições diferentes e reunidos segundo interesses e *habitus* compartilhados. Impõem na formação do campo social o capital cultural acumulado **c** o capital económico disponível aos agentes que se congregam em um grupo

mobilizado em causas comuns. Ao mesmo tempo, as relações são reguladas pelo Estado, que interfere nos campos pela intervenção financeira (auxílios públicos, financiamentos, investimentos) e jurídica (regulamentações e leis). Cada campo, assim, **terá** tanto mais poder quanto **mais** domínio tiver sobre os outros campos sociais, o que será definido de acordo com a força de que dispõe na estrutura do espaço social.

Nessa condição, a fonte jornalística é um sujeito no discurso que ocupa um lugar de fala que depende de sua condição no campo social ao qual pertence e que representa. A condição de representante de um dado campo social é delimitada pela legitimidade que o sujeito possui dentro do campo no qual está inserido. No campo midiático, a legitimidade dos meios de comunicação é delegada pelos outros campos sociais, que precisam da imprensa para fazer circular os seus discursos. As fontes jornalísticas são, assim, porta-vozes dos discursos dos vários campos sociais que se valem da mídia para dar visibilidade às suas falas. Seu peso discursivo, entretanto, será medido segundo a posição que o campo ocupa na escala estabelecida subjetivamente pelos meios de comunicação.

A fonte jornalística e a força do discurso

De acordo com Wilson Gomes (2005)², o discurso em favor da liberdade de imprensa configurou-se num argumento necessário para a sobrevivência da mídia e é certo que se reveste de relativa verdade. O pressuposto é de que a imprensa estabeleceu-se com o papel de **vigiar** o Estado para a esfera civil, o Estado sendo visto como uma instância contrária à esfera civil. Para isso, foi necessário suprimir a censura prévia para instituição da liberdade de imprensa. A mídia cresceu como uma instância de polémica adversária ao Estado, uma espécie de 'cão de guarda' da esfera civil. Para Luiz Gonzaga Motta (2002, p. 6), os meios de comunicação têm esse papel de vigilância: "guardadas as diferenças de cada caso, os jornais e as revistas, assim como os noticiosos das emissoras de rádio, televisão e da rede se legitimam como agentes de vigilância e de advertência, como lugares de defesa da sociedade."

² Aula proferida em 11 de janeiro de 2005, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE), sob o tema 'Cibercr民主ria: possibilidades e limites'.

Este foi o imaginário que se firmou acerca do jornalismo ao longo de sua história. Essa verdade, porém, vai até onde permite a fonte jornalística que tem poder discursivo para intervir na mídia. Segundo Melo (2003, p. 130), “as fontes são hierarquizadas segundo sua capacidade de dar informações como representantes de um grupo ou de uma instituição, especialmente as fontes jornalísticas consideradas de alto nível, que reforçam o falo narrado.” Dentro do jornalismo, a fonte jornalística é o sujeito que fornece informações que ajudam a construir o texto jornalístico. Nessa perspectiva, observa-se que algumas fontes têm poder discursivo relevante, contra outras que têm seu discurso enfraquecido na visibilidade dada pelos meios de comunicação. Isso levou a uma classificação das fontes jornalísticas em fontes *ativas* e *passivas*, segundo o seu poder discursivo e sua atividade dentro do discurso jornalístico, apropriando-se da definição da análise do discurso sobre a condição do sujeito:

“A fonte ativa determina o tom do discurso do jornalista. O próprio autor do texto jornalístico mistura sua voz com a voz da fonte ativa, ambos operando na mesma formação discursiva, o discurso dominante, o que ocorre de modo subliminar e até certo ponto imperceptível pelo jornalista. O grau e o nível hierárquico da fonte e seu papel na estrutura social e de poder indicam a sua importância. São fontes ativas as fontes institucionais, consideradas mais confiáveis, representantes de segmentos sociais de peso econômico, político, social e religioso. Mesmo não sendo autor consciente de um discurso, mas efeito dos sentidos que reproduz, a fonte ativa, para o jornalismo, constitui-se num sujeito associado a uma formação discursiva, da qual toma-se uma espécie de porta-voz. (MELO, 2003, p. 131).

A fonte ativa determina o tom do discurso do jornalista. O próprio autor do texto jornalístico mistura sua voz com a voz da fonte ativa, ambos operando na mesma formação discursiva, o discurso dominante, o que ocorre de modo subliminar e até certo ponto imperceptível pelo jornalista. O grau e o nível hierárquico da fonte e seu papel na estrutura social e de poder indicam a sua importância. São fontes ativas as fontes institucionais, consideradas mais confiáveis, representantes de segmentos sociais de peso econômico, político, social e religioso. Mesmo não sendo autor consciente de um discurso, mas efeito dos sentidos que reproduz, a fonte ativa, para o jornalismo, constitui-se num sujeito associado a uma formação discursiva, da qual toma-se uma espécie de porta-voz. (MELO, 2003, p. 131).

As fontes jornalísticas ativas entram na rotina da produção das redações e fazem parte de grupos de pressão. Os jornalistas, ao redigirem seus textos, fazem os enquadramentos, as declarações e assertivas segundo os interesses dos grupos e seu peso na estrutura social. Para Rogério Santos (2003), as fontes podem ser poderosas ou de menos recursos, estas últimas com mais dificuldades de acesso ao campo midiático. É claro, porém, que há espaço para que o jornalista aplique várias interpretações possíveis, complexas, e não um sentido único, preestabelecido. De acordo com

Santos (2003, p. 9): "Os poderosos nem sempre organizam os fluxos de informação como pretendem e os governos procuram 'gerir as notícias' para reduzir o impacto das fugas de informação, oriundas do interior das instituições políticas, que minam as suas estratégias."

Os valores-notícia

Analisamos aqui o fato que fica no limbo, negado como notícia porque o conteúdo que carrega o desabilita a estar na edição dos jornais, embora seja notícia segundo os critérios de noticiabilidade: por afrontar o discurso da fonte ativa, o fato é negado na sua condição primeira de notícia. É a notícia que por orientação editorial não pode ser publicada, mesmo possuindo todas as condições para tanto: ou seja, são os valores-notícia que, segundo as teorias do jornalismo, garantiriam o seu espaço no jornal, mas o poder exercido pela fonte ativa os retira de pauta.

Os valores-notícia são critérios que determinam o fato jornalístico segundo o seu *conteúdo*, a *disponibilidade do material*, o *público* e a *concorrência*. O conteúdo depende da importância e do interesse da notícia, que vai desde o grau e o nível hierárquico das pessoas envolvidas no fato até as possibilidades de desdobramentos por um tempo prolongado na mídia. O insólito, o curioso, fatos de interesse humano, heróicos e excepcionais são índices dos valores-notícia, o que Kunczik (1997, p. 245) classifica de "qualidade do inesperado". Ou seja, a notícia se situa entre o não usual, o inquietante, os fatos anormais, negativos e relativos às pessoas de elite. No item seguinte, entra em questão a disponibilidade econômica da empresa jornalística de se deslocar para acompanhar o fato. Se o fato é negativo, infracional, ou seja, caracteriza-se pelo desvio, pelo equívoco, há chances de investimento nele como notícia. Ainda para Kunczik (1997, p. 246), "quanto mais negativo for o fato em suas consequências, mais provável será que ele se tome matéria³ de notícia". No que se refere ao *público*, o desconhecimento dos jornalistas acerca dos seus leitores e do universo de pessoas que compõem a sociedade na qual o veículo de comunicação está inserido interfere negativamente na produção da agenda"

³ Na concepção jornalística, *matéria* designa o texto jornalístico, a reportagem que é publicada em jornal ou veiculada em rádio ou TV.

⁴ A agenda jornalística, de acordo com a Teoria do Agenda-Setting proposta por McCombs e Shaw em 1972, consiste num paradigma que situa o processo de seleção de notícias, predeterminando o que é matéria nos jornais segundo o estabelecimento do

jornalística, uma vez que dificulta a definição de fatos que serão atraentes para os seus leitores. Logo, esse é um item dos valores-notícia que requer uma apreciação maior dos jornalistas. Na questão da *concorrência*, observa-se que, estando em competição pelo mercado de leitores, cada veículo de comunicação tenta trazer a cada edição um diferencial em seu noticiário que faça a sua agenda ser considerada mais completa.

Na prática, os valores-notícia são definidos dentro das redações, pelos jornalistas que integram a cúpula editorial. As razões pelas quais uma informação é negada como notícia variam entre a falta de espaço e o desinteresse por um assunto considerado 'batido' ou mal redigido. Trata-se, enfim, de uma definição subjetiva e arbitrária. É relevante considerar que o jornalismo não é um reflexo da sociedade, como quis fazer crer a Teoria do Espelhos, e nem está a serviço exclusivo do sistema econômico e político, como argumentam os estudiosos da Teoria da Conspiração. O jornalismo encontra-se numa perspectiva de construtor da realidade. dentro da Teoria Construcionista, a partir das representações que faz dos fatos cotidianos que se revestem de noticiabilidade suficiente. as quais acabam por justificar a sua publicação. A notícia organiza uma representação da realidade. Isso não significa que notícia seja uma ficção, mas uma convenção, uma abordagem narrativa, por ser uma realidade construída dentro de uma lógica interna à redação, e que representa uma parte do todo que é a realidade.

A Teoria Construcionista é analisada sob dois aspectos: na *visão interacionista*, os jornalistas vivem sob o terror da hora, obrigados a produzir notícias dentro de um dado prazo e por isso precisam dar ordem ao espaço (onde ocorrem fatos noticiáveis) e ao tempo de modo a conseguir ter notícias sempre, produzindo inclusive pseudo-acontecimentos" para garantir a edição de cada dia. Na *visão estruturalista*, admite-se que a mídia reproduz a ideologia dominante, mas o jornalista possui uma autonomia relativa na produção da notícia. A mídia assegura a hegemonia do poder e a relação estrutural se dá entre a empresa jornalística e as fontes 'poderosas'. Assim, o jornalista ajuda a construir a realidade,

ternário que é focado como reportagem. Para entender o assunto, consultar McCombs & Shaw (1977).

⁵ Para compreender melhor as teorias do jornalismo, ler Traquina (2004).

e Esses pseudo-acontecimentos se constituem em fatos programados que têm a cobertura jornalística previamente agendada, o que favorece a edição diária dos jornais.

fazendo um recorte espaço-temporal para produzir a notícia: o jornalista constrói o discurso onde narra um fato relativo a um dado campo social dentro do campo midiático, seguindo as regras estabelecidas pela estrutura organizacional da empresa jornalística e definida pelas regras da atividade profissional — acadêmicas (lide⁷, sub-lide, pirâmide invertida) e administrativas (horário de fechamento e espaço gráfico nas páginas dos jornais).

As práticas jornalísticas favorecem as fontes ativas porque elas se situam normalmente no interior do aparelho estatal. Ora, se o Estado tem poder intervencionista tanto no sentido financeiro como jurídico nos diversos campos sociais, o seu poder de pressão é aumentado, o que não significa, no entanto, que somente as fontes ativas falem no discurso midiático. As fontes com menos recursos criam formas de ascensão aos meios de comunicação a partir de estruturas organizadas como sindicatos e organizações não-governamentais. Segundo Santos (2003, p. 41), "o campo jornalístico torna-se, pois, um palco de múltiplas vozes que procuram aceder aos jornalistas". Em algumas circunstâncias, as fontes de menos recursos conseguem ter voz na mídia. Em outras, são caladas e circunscritas na passividade, restando a atividade discursiva para as fontes oficiais.

7 O lide

Um caso revelador

Em março de 2005, um jornal local começou a acompanhar de perto uma crise numa entidade jurídica em Pernambuco. As movimentações políticas pelo poder interno mostravam claramente o jogo que se fazia para garantir que alguns personagens atingissem a direção da instituição. Essas movimentações sensibilizaram a mídia e começaram a ser noticiadas. O seu aprofundamento, porém, trouxe à tona brigas por cargos, desentendimentos e acordos políticos pouco ortodoxos. A repórter que acompanhava o caso explicou:

Percebi toda a movimentação feita para se garantir a direção da entidade e fui ouvir todos os envolvidos. Para

⁷ O lide jornalístico se constitui em respostas às questões: quem, o quê, quando, onde, como e por quê, que favorecem a objetividade textual e a busca da colocação das informações mais importantes no início da matéria.

faia com um deles, que tentava fugir da entrevista, precisei dar plantão no gabinete. Um outro se recusou a falar comigo. Os outros dois foram solícitos e deram entrevistas. Fiz a matéria, mas uma orientação superior na redação derrubou a pauta.'

Seria natural imaginar que a fonte que se negou a dar entrevista tenha intervindo de modo a impedir a publicação da matéria. Entretanto, o lugar de fala da fonte jornalística dá a ela ainda uma outra condição: conceder a entrevista de modo a acalmar o repórter ansioso pelo fato e contatar, em seguida, o editor do jornal para impedir que a notícia seja divulgada. Contraditório? Não, a fonte protege seu etos, pois ao se apresentar pronta para prestar informações garante seu lugar de fala na mídia para os momentos em que lhe for conveniente que uma dada informação seja publicada. O etos da fonte consiste em sua regra de conduta que, para Martino e Barros Filho (2003, p. 157), é "responsável pela especificação de uma visão de mundo, que agirá fornecendo o significado de cada ação". Para Baudrillard, a ordem na qual vivemos hoje explica porque se manipula ao mesmo tempo em que se faz de conta estar falando a verdade: "estamos numa lógica de simulação, que já nada tem a ver com uma lógica dos factos e uma ordem das razões" (BAUDRILLARD, 1991, p. 26).

Salvaguardada por seu poder dentro da instituição a qual pertence, a fonte procura por vias transversas impedir a publicação do que não convém. Essa circunstância deixa o jornalista em dúvida: que fonte buscou o veículo para cassar a publicação, para deixar sua matéria no limbo? Essa resposta poderia ser obtida com um diálogo entre o repórter e o editor do jornal. Mas esse diálogo não acontece, porque, na maioria das vezes, o editor não assume a ocorrência de qualquer contato com as fontes jornalísticas insatisfeitas. Para proteger também o seu etos de *chefe de veículo de comunicação que trabalha e atua para garantir a verdade de forma objetiva e direta*. O discurso da verdade é a mola mestra da credibilidade de que goza o jornalismo e da qual nenhum meio pode se afastar sob pena de decretar a sua morte. Assim, o segredo é mantido num

s A jornalista que acompanhou o caso teve seu nome suprimido. Impedida de publicar a matéria, a lógica implícita é de que ela não poderia falar sobre o fato e por isso tudo foi narrado de modo a não expor a situação que poderia prejudicá-la.

jogo produtivo encenado nas salas de rcdação. A notícia é negada, a edição se faz com outros fatos e os valores-notícia são corrompidos segundo os critérios de fontes jornalísticas que fazem de seu lugar de fala uma possibilidade definidora da agenda midiática. De acordo com Cremilda Medina (1978, p. 138):

Muitas vezes, a empresa jornalística oferece ao repórter, ao redator, ao editor, modernos recursos de processamento dos dados, mas o conteúdo, da pauta à edição, está marcado por um modelo paternalista de decisão na escolha dos temas, no encaminhamento da edição e, portanto, no resultado final. A tecnologia apressou o fluxo noticioso, agilizando os processos de codificação, mas esse fluxo não se põe a serviço integral da demanda social. A informatização proporciona o eficiente aprofundamento das fontes de informação, mas por enquanto ela só serve aos interesses econômicos da circulação no mercado.

Nessa perspectiva, as fontes jornalísticas são porta-vozes dos campos de força aos quais pertencem e que representam discursivamente na mídia. Se considerarmos o meio jurídico um campo social relativamente autônomo, veremos como os meios de comunicação são essenciais para a divulgação dos discursos que permeiam o campo. As lutas internas que se realizam de alguma forma se configuram como busca de aceitação e legitimidade. Tenta-se, porém, 'apagar' esse embate interno no interior do campo, para que se tenha na mídia a representação de um campo unificado e coeso, criando-se a idéia de um pensamento coletivo único, o que se faz dando fala a quem tem a capacidade de intervir no campo jornalístico, usando-se para isso de um jogo de poder. Essa dominação simbólica - sem necessariamente um **peso** econômico relevante - decorre do poder também simbólico atribuído à instância jurídica. Em muitos outros campos, as lutas internas seriam apresentadas e os porta-vozes dos mais variados grupos internos seriam publicizados. No caso específico, entretanto, o poder exercido pela(s) fonte(s) lhe(s) deu força para suprimir a **notícia**. Retomando Bourdieu (2004, p. 7-8):

Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-

10 nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar **que** - **sem** nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de 'círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma' – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente Ignorado. portanto, reconhecido: o poder simbólico **é**, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que **lhe** estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Conclusão

A instância jurídica participa da mídia como um elemento do sistema simbólico, um instrumento estruturado (porque socialmente reconhecido) e estruturante (porque fruto dos **sujeitos** que idealizaram a sua estrutura) que cumpre um papel de "imposição e de legitimação da dominação" (SOURDIEU, 2004, p. 11). Nessa ótica, as fontes jornalísticas que se sobressaem como porta-vozes do campo são especialistas que disputam o espaço de monopólio, impondo discursivamente - ou mesmo "**não** discursivamente", quando cassam a palavra ou fazem prevalecer o silêncio da notícia - a domesticação da mídia. A ação do agente será tanto mais significativa quanto é a sua posição no campo, o lugar que ocupa para falar ou 'não falar'. Os discursos são frutos dos interesses do agente ligado a uma posição, numa luta pelo poder no campo. Há interesse no que se diz e faz, ou no que se nega a dizer e a fazer. Internamente, os antagonismos são administrados e os que detêm um maior capital jurídico exercem uma maior dominação simbólica na divisão do trabalho no campo. As fontes, adversárias internamente na luta hierárquica, tomam-se cúmplices na hora de manter o campo coeso e fechado.

Não seria ousado afirmar que, nessa perspectiva, por circunstâncias mesmo que momentâneas, a mídia ocupa a posição de um campo dominado e minado pelos conflitos internos de campos exercidos por suas fontes que, a depender de seus interesses, utilizam-se do seu capital simbólico para negar a publicação de uma notícia. Mais uma vez, Bcurdieu (2004, p. 15) ressalta que "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter. é a crença na

legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras".

Essa competência é daquele que fala e de que posição ele fala. Esse sujeito, no caso apresentado, pode ser qualquer um dos que travavam a luta pelo poder, visando a transmutar a notícia numa vaga idéia do que se processava no interior do campo. Quem se utilizou do poder para subverter a ordem da palavra e jogar a notícia no limbo? Qualquer um dos que disputavam o cargo de direção. Não há qualquer sinal de passividade nessa ação, é uma estratégia configurada num *habitus* que visa a fortalecer sua condição social, as relações de poder que se dispõem no interior do campo jurídico. Entretanto, na posição dominante, essa(s) fonte(s) se assujeita(m) de alguma forma a ordem de dominação estabelecida por seu campo, por estar(em) inserida(s) de tal forma no processo de dominação que ela(s) própria(s) exerce(m), uma ordem subjacente inconsciente da dominação e da reprodução da lógica de campo, onde o poder é exercido de forma naturalizada, embora de fato se dê em nível social legitimado pelo inconsciente histórico que reforça a instância jurídica como campo autônomo. A dominação desses agentes na condição de fontes jornalísticas é definida pelo campo, e os agentes, dominados pela estrutura do campo através da qual exercem a dominação, são levados a dominar.

A reserva com a qual se guardam tem como objetivo reforçar uma das disposições do campo jurídico: ressaltar que o campo não deve se abrir às questões políticas. Ingressar no mundo jurídico significa aceitar a lei estabelecida, que prevê formalidade e certo segredo, resguardando-se, assim, de ser palco de **conflito**. Foi nessa disposição que as fontes se esforçaram para não deixar vir à mídia a disputa pelo poder no interior do campo jurídico. Dominantes e dominados ficaram exatamente nos lugares que lhes foram determinados.

" . 114

Referências



BAUDRILLARD, Jean. 2001. *Senhas*. Rio de Janeiro: Difel.

BÜRDIEU, Pierre. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

— _____. 2004. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRAGA, José Luiz. 2000. "Lugar de fala" como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: MÍDIA e processos sócio-culturais. São Leopoldo: PPGCOM/Unisinos.

ELIAS, Norbert. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FLÜRIN, José Luiz. 2002. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática.

FOUCAULT, Michael. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

KUNCZIK, Michael. 1997. *Conceitos de jornalismo*: Norte e Sul. São Paulo: Edusp.

MARTINO, Luis Mauro Sá; BARROS FILHO, Clóvis de. 2003. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus.

MEDINA, Cremilda. 1978. *Notícia, um produto à venda*: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus.

MELO, Patricia Bandeira de. 2003. *Sujeitos sem voz*: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MÜTTA, Luiz Gonzaga. 2002. O trabalho simbólico da notícia. In: REUNIÃO ANUAL DA COMPÓS, 12., GT Comunicação e Cultura, Recife;

SANTOS, Rogério. 2003. *Jornalistas e fontes de informação*. Coimbra: MinervaCoimbra.

TRAQUINA, Nelson. 2004. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular.